

# **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS - CDHM**

## **REQUERIMENTO N.º , DE 2013**

(Do Sr. Pastor Eurico)

Requer seja realizada Audiência Pública para debater as recentes e constantes denúncias de trabalho escravo na produção de roupas e produtos têxteis.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública para debater as recentes e constantes denúncias de trabalho escravo na produção de roupas e produtos têxteis no País.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Não são raras as notícias e denúncias veiculadas na mídia sobre abusos e violações de direitos humanos, principalmente de trabalhadores em condição análoga a de escravos nos grandes centros urbanos brasileiros, notadamente em fábricas e manufaturas têxteis.

A notícia mais recente veiculada na imprensa relata trabalhadores bolivianos dentro de pequenas oficinas em situação precária produzindo roupas e demais artigos têxteis para uma famosa grife, M5 Indústria e Comércio Ltda., dona das marcas M. Officer e Carlos Miele. A operação realizada por uma força tarefa do Ministério Público do Trabalho – MPT encontrou, no local, péssimas condições de trabalho e higiene, inclusive crianças em situação de risco.

Infelizmente, não se trata de caso isolado, sendo que denúncias do mesmo tipo são reiteradamente divulgadas pela imprensa e pelo Ministério Público, evidenciando um problema crônico de exploração de trabalho escravo que atenta contra a dignidade humana de trabalhadores, principalmente de

imigrantes, submetidos a condições sub-humanas de trabalho e de vida em busca de uma pequena renda.

Apesar dos recentes trabalhos realizados pela Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou do tema de trabalho escravo, o que se percebe é que esta Casa Legislativa, notadamente esta Comissão de Direitos Humanos tem que se manter vigilante em coibir tais práticas.

Manter os trabalhadores em péssimas condições de higiene e alimentação, submetendo-os a jornadas longas e extasiantes, caracteriza a submissão destes trabalhadores à escravidão, revelando flagrante afronta aos direitos humanos destas pessoas, o que não pode ser ignorado por esta comissão.

Desta forma, se faz necessário que o tema seja constantemente debatido em todas as esferas públicas e sociais, de modo a implementar políticas públicas e uma fiscalização eficientes que coíbam a manutenção da prática de tais atos escravagistas. É papel desta Casa, como representante do Povo, se manter vigilante na investigação de denúncias tão graves, de forma que elas sejam punidas.

Assim, ante o exposto e relevância do tema, peço o apoio dos eminentes pares na aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,        de dezembro de 2013.

**Deputado PASTOR EURICO**